



**DESPACHO NORMATIVO Nº 07/2016**

**DONISETE BRAGA**, Prefeito do Município de Mauá, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por lei, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 12.300/2015, e

**CONSIDERANDO** que a matéria disciplinada pela Lei nº 5.122, de 22 de fevereiro de 2016, promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal de Mauá, após ter o plenário do Legislativo Municipal derrubado o veto apresentado pelo Poder Executivo, violou a própria sistemática constitucional quando por lei de iniciativa parlamentar pretende estabelecer um prazo de 60 (sessenta) dias para emissão de Alvará de Construção, Alvará de Conservação e Habite-se de obras particulares, e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** que administrar e regulamentar os serviços públicos municipais, seja qual for a espécie é atribuição típica do Poder Executivo Municipal, enquadrada como organização administrativa do Poder Executivo, criação, estruturação e atribuição dos órgãos da administração pública municipal, nos termos do art. 30 da Lei Orgânica do Município;

**CONSIDERANDO** que a jurisprudência tem sido no sentido de declarar a inconstitucionalidade de leis municipais de iniciativa parlamentar que interferem na gestão administrativa natural do Poder Executivo, por entender que há violação do princípio constitucional da Separação dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal, devendo ser retiradas do arcabouço jurídico vigente, pela via legal adequada;

**RESOLVO:**

1. Declaro inconstitucional a Lei Municipal nº 5.122, de 22 de fevereiro de 2016, promulgada pelo DD. Presidente da Câmara Municipal de Mauá.
2. Nego a eficácia e execução à referida Lei, uma vez que não se coaduna com o sistema constitucional brasileiro.
3. Determino à Secretaria de Assuntos Jurídicos que ingresse no Poder Judiciário com Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Publique-se, registre-se.

Município de Mauá, em 10 de março de 2016.

  
**DONISETE BRAGA**  
Prefeito